

IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL DA AGRICULTURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Mauro Borges Lemos*

RESUMO

Este artigo analisa os possíveis impactos da abertura comercial da agricultura sobre o desenvolvimento regional brasileiro. A Seção 1 descreve as principais características do desenvolvimento regional no país, dando ênfase no processo de desconcentração industrial, o qual, no entanto, concentrou-se em algumas áreas industriais do Sul-Sudeste. A Seção 2 avalia como as reformas do comércio agrícola (GATT, Mercosul e a política de liberalização) podem afetar a agricultura brasileira. Finalmente, a Seção 3 analisa estes impactos em nível regional, dando ênfase ao caráter desigual destes impactos sobre o desenvolvimento das agriculturas regionais.

Termos para indexação: Comercialização; Desenvolvimento regional; Abertura comercial.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas/CEDEPLAR/UFMG.

*THE IMPACTS OF THE AGRICULTURAL
COMMERCE OPENESS ON
THE REGIONAL DEVELOPMENT*

ABSTRACT

This paper analyses the impacts of agricultural trade liberalization on the Brazilian regional development. Section 1 describes the main characteristics of the recent regional development in Brazil. Industrial decentralization emerges as the main inducing device to achieve a more balanced development between the Brazilian regions. However, this decentralization has been concentrated in some new industrial areas of the Southeast and South. Section 2 assesses the possible impacts of trade reforms (GATT, Mercosul and liberalization policy) on the Brazilian agriculture. Finally, Section 3 analyses these impacts at the regional level. The major impact is on the South, which can have important costs in some cash crops but can also have benefits from its well structured agroindustrial system. On the Southeast the expected impact is moderate while the impact on the Centre-West depends on prospects of export growth, on the Northeast is uncertain and on the North is minor.

Index terms: *Commercial; Regional development; Commercial openness.*

INTRODUÇÃO

O sentimento generalizado na sociedade brasileira em relação ao efeito positivo da abertura comercial recente sobre o desenvolvimento econômico merece qualificações importantes, particularmente no caso da agricultura.

Os estudos clássicos sobre industrialização comparada entre países com base em séries históricas (CHENERY, ROBINSON E SYRQUIN, 1986) sugerem que não existe uma correlação consistente positiva entre nível de abertura e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, existe uma forte correlação entre desenvolvimento e a consistência do processo de abertura, no sentido da articulação da política comercial com as políticas setoriais tanto industrial como agrícola. Ou seja, as experiências históricas recentes de

industrialização, como os NICS asiáticos, têm mostrado que os benefícios do processo de abertura dependem de um rigoroso planejamento estatal para a compatibilização dos objetivos da política comercial com as políticas setoriais de fomento à atividade produtiva interna.

Mesmo que os custos da desorganização produtiva decorrentes da abertura não planejada sejam generalizados, eles são setorialmente diferenciados e especialmente elevados no setor agrícola, dado a sua heterogeneidade, com grande número de mini e pequenos produtores vulneráveis. Exemplo disso foram os efeitos perversos do programa de ajuda alimentar dos anos 1960 (*Food Aid*) sobre os sistemas agrícolas de diversos países do Terceiro Mundo, sobretudo nos subsistemas de policultura alimentar de subsistência da África e América Latina (FRIEDMANN, 1982 e MORGAN, 1979).

No caso da abertura comercial brasileira recente, estas preocupações são pertinentes, dada a ausência até o momento de um estado planejador capaz de articular a política comercial com as políticas setoriais visando a objetivos de longo prazo do desenvolvimento econômico.

As reflexões do presente trabalho sobre os riscos da abertura não planejada vão se concentrar nos possíveis efeitos da política de abertura comercial da agricultura sobre o desenvolvimento regional brasileiro.

A Seção 1 fará um diagnóstico sucinto do desenvolvimento regional brasileiro recente, a Seção 2 discutirá as três esferas da abertura comercial agrícola e, a Seção 3, os possíveis impactos regionais desta abertura.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE

A principal característica do desenvolvimento regional recente no Brasil tem sido o processo de desconcentração produtiva desde o final dos anos 60. Este processo vem alterando o padrão regional brasileiro de desenvolvimento, caracterizado até então pela polarização econômica de São Paulo, especialmente de sua região metropolitana (RMSP). Detreminadas a dimensão e a consistência temporal desta desconcentração, a literatura a caracteriza como uma verdadeira reversão da polarização (DINIZ, 1993), o que representa um novo estágio da industrialização brasileira de ocupação econômica do espaço nacional.

A análise da desconcentração como reversão da polarização decorre do papel da indústria como núcleo motor desta redistribuição geográfica do produto nacional. Em um primeiro momento, a desconcentração produtiva centrou-se na expansão das fronteiras agrícola e mineral, sendo seguida, em um segundo momento, pela expansão geográfica das atividades industriais nos novos espaços econômicos.

A expansão geográfica da indústria tem decorrido tanto do poder de repulsão do pólo original, como do poder de atração das novas áreas industriais, processos estes que atuam de forma interativa.

O primeiro decorre das deseconomias de aglomeração da RMSP, resultando em custos crescentes dos fatores de produção.

O segundo resulta do poder de atração das novas atividades agrícolas e minerais sobre a atividade industrial. As vantagens de localização perto das fontes de matérias-primas fazem com que a indústria siga a trilha do deslocamento da fronteira de recursos naturais. Por sua vez, a própria aglomeração industrial originada do efeito de polarização baseada em recursos naturais cria um poder de atração sobre novas atividades industriais, em função de economias externas decorrentes dos efeitos de indução dos encadeamentos interindustriais e da densidade dos serviços nos novos centros urbanos.

No caso brasileiro, os fatores de repulsão e atração favoráveis a desconcentração foram potencializados pela política de planejamento estatal, que direcionou grandes volumes de investimentos para infra-estrutura — especialmente transportes, energia e telecomunicações, investimento direto das empresas públicas e programas especiais de desenvolvimento regional — Sudene, Sudam, Suframa e outras.

Os dados da Tabela 1, a seguir, sobre a distribuição da produção industrial segundo as grandes regiões e principais estados da Federação mostram que, no período 1970-1990, São Paulo e, em maior medida, sua região metropolitana perdem continuamente posição relativa. Com uma intensidade ainda maior, o mesmo observa-se para o Rio de Janeiro, a segunda maior concentração industrial do país. A tendência declinante do Sudeste na produção industrial foi parcialmente contra-restada pela maior participação relativa de Minas Gerais, que se aproxima da partici-

pação do Rio de Janeiro, e Espírito Santo. Todas as demais regiões se beneficiaram da desconcentração, principalmente as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, sendo as duas primeiras palco da expansão das fronteiras agrícolas das décadas de 50/60 e 70/80, respectivamente, e a última da expansão da fronteira mineral a partir do final dos anos 1970.

TABELA 1

Brasil

**Distribuição do Valor da Transformação Industrial segundo
Grandes Regiões e Principais Estados - 1970-1990***

<i>Regiões e estados selecionados</i>	1970	1980	1985	1990
Amazonas	0,4	1,6	1,7	2,0
Pará	0,4	0,7	0,6	0,9
Demais Estados (RO, AC, RR, AP)	0,0	0,1	0,2	0,2
Norte	0,8	2,4	2,5	3,1
Pernambuco	2,2	2,0	2,0	1,8
Bahia	1,5	3,5	3,8	4,0
Demais Estados (MA, PI, CE, RN, PB, AL, SE)	2,0	2,6	2,8	2,6
Nordeste	5,7	8,1	8,6	8,4
São Paulo	58,1	53,4	51,9	49,3
Área Metropolitana de SP	44,0	33,0	29,4	26,3
Rio de Janeiro	15,7	10,6	9,5	9,9
Área Metropolitana do RJ	12,1	8,0	7,7	-
Minas Gerais	6,5	7,7	8,3	8,8
Espírito Santo	0,5	0,9	1,2	1,3
Sudeste	80,8	72,6	70,9	69,3
Paraná	3,1	4,4	4,9	5,6
Santa Catarina	2,6	4,1	3,9	4,1
Rio Grande do Sul	6,3	7,3	7,9	7,7
Sul	12,0	15,8	16,7	17,4
Centro-Oeste	0,8	1,1	1,4	1,8

Fonte: FIBGE - Censos Industriais 1970, 1975, 1980 e 1985. NEGRI & PACHECO (1992), estimativas para o ano de 1990.

TABELA 2
**Variação percentual do pessoal
 ocupado na indústria manufatureira
 Aglomerações industriais relevantes,
 segundo estratos de desempenho**

AIRs	P.O. 1970*	P.O. 1991**	Var. média anual
BRASIL	2.699.969	5.549.637	3.49
<u>Abaixo da média brasileira</u>			
Lages	8.399	7.315	-0.66
Bagé/Uruguaiana	8.671	9.565	0.47
Médio Iguaçú	7.354	8.823	0.87
Caruaru	7.206	8.831	0.97
Cons. Lafaiete/ Ouro Branco	11.119	13.673	0.99
São Paulo	906.907	1.205.750	1.37
Rio de Janeiro	224.465	312.833	1.59
Petrópolis	25.077	35.543	1.67
Barbacena	7.030	10.726	2.03
Dourados	3.551	5.516	2.12
Guarapuava	6.164	9.845	2.25
Niterói	56.564	91.443	2.31
Juiz de Fora	16.016	28.465	2.78
Recife	52.354	93.482	2.80
Presidente Prudente	6.424	11.533	2.83
Pelotas/Rio Grande	9.968	18.330	2.94
Furnas	7.506	14.297	3.12
Ponta Grossa	10.430	19.871	3.12
Santos/ Cubatão	21.154	40.303	3.12
Ipatinga/ Monlevade	18.743	36.108	3.17
Feira de Santana	3.837	7.458	3.22
Cascavél/Foz do Iguaçú	7.975	15.558	3.23
Juá	8.425	16.748	3.33
Campos	12.756	25.691	3.39
Jundiaí	29.693	59.994	3.41
Porto Alegre	109.497	221.845	3.42
Volta Redonda	20.891	42.441	3,43
<u>Entre a média brasileira e 25% acima da média brasileira</u>			
Pirassununga/Mogi Mirim	14.759	30.571	3.53
Maceió	9.358	19.453	3.55
Marília	7.833	16.327	3.56
São José dos Campos	46.844	100.183	3.69
Lindóia	9.347	20.193	3.74

AIRs	P.O. 1970*	P.O. 1991**	Var. média anual
São Jerônimo/Triunfo	4.899	10.870	3.87
Belém	14.439	32.983	4.01
Divinópolis	9.609	23.082	4.26
Mococa	5.697	13.812	4.31

Entre 25% e 50% acima da média brasileira

Sorocaba	34.951	87.882	4.49
Criciúma/Tubarão	11.442	28.801	4.49
Blumenau	29.044	74.427	4.58
Salvador	27.560	70.668	4.59
Sete Lagoas	4.955	12.719	4.59
Bauru	8.871	23.140	4.67
Piracicaba	18.684	49.673	4.77
Ribeirão Preto	13.728	36.568	4.78
São Bento do Sul	10.807	28.935	4.80
Chapecó	5.740	15.575	4.87
Campinas	71.201	193.460	4.87
Rio Claro	4.686	12.952	4.96
Belo Horizonte	61.551	173.460	5.06
Franca	9.485	26.752	5.06
Santa Cruz do Sul	5.287	15.027	5.10
Concórdia	9.775	28.163	5.17

Acima de 50% da média brasileira

Araraquara	15.377	45.162	5.26
Uberlândia	5.246	16.696	5.67
Caxias do Sul	23.481	75.422	5.71
Fortaleza	24.900	80.444	5.74
Pouso Alegre	4.569	14.967	5.81
Bragança Paulista	3.849	12.631	5.82
Aracajú	6.294	20.839	5.87
Joinville	21.825	72.847	5.91
Curitiba	37.888	127.543	5.95
Londrina	9.731	33.475	6.06
Maringá	3.499	12.314	6.17
João Pessoa	7.831	29.599	6.54
Lajeado	5.208	19.709	6.54
Goiânia	11.757	46.365	6.75
Canela/Gramado	11.341	44.988	6.78
Natal	7.370	29.495	6.83
Tatui	3.602	14.552	6.87
Bebedouro	5.586	22.671	6.90
Vitória do Santo Antão	12.056	48.973	6.90
São José do Rio Preto	4.587	19.076	7.02
Timbaúba	9.182	42.838	7.61

AIRs	P.O. 1970*	P.O. 1991**	Var. média anual
Vitória	8.463	40.363	7.72
Distrito Federal	4.450	22.592	8.04
Manaus	9.908	57.185	8.71

Fonte: * FIBGE - Censo Industrial 1970; ** RAIS 1991 — Apud, DINIZ, C. C. & CROCCO, M. A. (1995).

Como mostram, a seguir, as Tabelas 3 e 4, o deslocamento espacial da distribuição da produção agrícola em direção ao Centro-Oeste consolida-se na década de 80, graças às novas variedades de sementes adaptadas às diversas vegetações e ecossistemas do cerrado e às técnicas agrônômicas de correção de solos e controle de pragas.

O novo fator da década de 90 decorre da reestruturação industrial da economia brasileira em função da política de abertura comercial e das mudanças tecnológicas e organizacionais da indústria nacional, que, mesmo tardiamente, iniciou um rápido processo de absorção das tecnologias de processo e organização do paradigma da informação. Como salienta Diniz e Crocco (1995: 23), este novo padrão tecnológico e a consequente emergência de novos setores industriais tendem a restringir o processo de desconcentração macroespacial, que vinha se desenhando desde a década de 70. Isto porque o alto conteúdo de ciência básica e aplicada da nova base tecnológica, mesmo que se restrinja à adaptação e melhoria de inovações em fase de maturação em nível mundial, requer uma estreita proximidade e colaboração entre a atividade produtiva, uma complexa infra-estrutura de transportes e telecomunicações, centros de geração e desenvolvimento tecnológico (parques, pólos e incubadoras) e centros de produção científica (universidades, institutos de pesquisa etc.). Neste sentido, os dados mais recentes apontam para um redesenho da distribuição geográfica dos setores mais dinâmicos da produção industrial em áreas selecionadas contíguas ao pólo industrial da RMSP, ou seja, esta nova redistribuição aponta para uma desconcentração restringida da produção industrial.

Este novo fenômeno da desconcentração restringida indicado originalmente por Diniz (1993) fica claro com a identificação das áreas indus-

TABELA 3

BRASIL: Produção de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) e efetivo bovino — estados e regiões selecionadas

Regiões/ Estados	Produção agrícola média trienal (em mil toneladas)				Efetivo bovino (em mil cabeças)		
	1968/70	1974/76	1983/86	1989/91	1970	1985	1990
NO	168,2	108,3	650,1		2.240,0	5.273,4	13.317,0
NE	3.111,5	2.085,2	2.850,2	766,0	20.379,0	23.015,0	26.190,3
BA	519,5	453,1	473,7		8.560,0	10.255,8	11.505,4
SE	6.571,7	7.175,2	9.847,1		35.771,0	34.620,7	36.323,2
MG	2.899,4	2.732,3	4.397,5	4.827,0	20.856,0	19.847,8	20.471,6
SP	2.840,6	4.048,9	4.941,6	5.231,0	11.496,0	11.260,6	12.262,9
SU	10.059,3	20.745,2	28.011,5	27.912,0	19.426,0	24.387,2	25.326,0
PR	3.738,3	9.060,0	12.040,8	11.770,0	4.591,0	8.046,8	8.616,8
SC	1.387,9	3.052,2	3.298,0	3.464,0	272,0	2.777,3	2.994,1
RS	4.233,0	8.633,0	12.672,7	12.676,0	12.563,0	13.563,1	13.715,1
C-O	2.577,6	2.068,5	9.064,3		20.048,0	41.126,5	45.945,9
GO	1.875,6	1.374,2	3.831,7	4.421,0	9.848,0	19.551,1	17.095,5
MS			3.002,0	3.512,0		14.991,4	17.732,4
MT	6.96,4*	694,3*	2.150,0	4.488,0	1.017,6*	6.507,6	8.473,9
Outras		460,7**					
BRASIL	26.048,0	32.643,0	50.468,0	56.603,0	97.864,0	128.422,0	147.102,0

Fonte: FIBGE — Anuário Estatístico do Brasil. * Inclui Mato Grosso do Sul. ** Os estados de Rondônia, Roraima, Amapá e o Distrito Federal estão em **outras**.

triais especializadas, denominadas de AIRS (Aglomerações Industriais Relevantes) (DINIZ E CROCCO, 1995), que, com base no Censo Industrial de 1980, totalizam 76 áreas e concentram 84% do pessoal ocupado (PO) e 90% do valor da transformação industrial (VTI). Na Tabela 4, a seguir, a classificação de Diniz e Crocco (1995) das AIRS segundo o grau de dinamismo — estagnadas, estabilizadas, dinâmicas, muito dinâmicas — confirma uma grande concentração das AIRS dinâmicas e muito dinâmicas dentro do polígono polarizado pela RMSP, o qual possui como vértices Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Maringá (PR), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP). Diniz (1993) caracteriza este desenvolvimento regional como poligonal, à me-

TABELA 4

BRASIL: Produção de grãos segundo as grandes regiões e estados — média trienal - 1970/1994

Estados/ Regiões	1968/70		1974/76		1979/81		1984/86		1989/91		1992/94	
	mil t	%										
NO	171,8	0,7	369,1	0,9	624,8	1,4	876,4	1,6	1.639,0	2,8	1.691,1	2,4
RN	22,6	0,1	149,5	0,4	272,6	0,6	445,7	0,8	488,6	0,8	594,2	0,9
AC	13,2	0,0	43,3	0,1	47,6	0,1	72,3	0,1	109,9	0,2	118,8	0,2
AM	5,3	0,0	7,9	0,0	18,1	0,0	6,6	0,0	10,0	0,0	11,7	0,0
RR	2,8	0,0	6,7	0,0	34,7	0,1	20,3	0,0	20,1	0,0	37,1	0,0
PA	126,9	0,5	160,5	0,4	249,7	0,5	329,4	0,6	452,0	0,8	480,9	0,7
AP	0,9	0,0	1,3	0,0	2,1	0,0	2,0	0,0	0,5	0,0	-	-
NE	3.089,7	12,3	3.102,2	7,9	2.652,2	5,8	4.428,3	8,1	4.115,8	7,0	4.296,2	6,2
MA	958,9	3,8	1.059,8	2,7	1.276,1	2,8	1.300,5	2,4	1.175,4	2,0	1.004,9	1,4
PI	208,7	0,8	232,1	0,6	205,4	0,4	610,6	1,1	632,5	1,1	500,0	0,7
CE	524,2	2,1	430,1	1,1	193,2	0,4	461,5	0,8	523,2	0,9	554,7	0,8
RN	111,2	0,4	96,8	0,2	19,2	0,0	155,2	0,3	95,3	0,2	103,4	0,1
PB	250,8	1,0	206,6	0,5	103,6	0,2	303,1	0,5	217,6	0,4	144,9	0,2
PE	347,8	1,4	425,0	1,1	186,0	0,4	384,4	0,7	254,5	0,4	210,6	0,3
AL	105,6	0,4	98,6	0,2	76,0	0,2	125,3	0,2	95,8	0,2	121,0	0,2
SE	62,5	0,2	64,2	0,2	54,1	0,1	173,0	0,3	92,9	0,2	98,6	0,1
BA	520,1	2,1	489,1	1,2	538,5	1,2	914,8	1,7	1.028,7	1,7	1.558,1	2,2
SE	7.659,8	30,5	8.055,8	20,5	8.900,5	19,3	10.861,6	19,9	11.203,5	18,9	12.267,9	17,7
MG	3.531,3	14,0	3.564,0	9,1	4.150,3	9,0	5.001,3	9,1	5.121,8	8,7	6.184,4	8,9
ES	369,9	1,46	302,8	0,8	307,4	0,7	429,5	0,8	427,1	0,7	426,1	0,6
RJ	199,8	0,8	140,0	0,4	150,5	0,3	199,7	0,4	129,1	0,2	134,8	0,2
SP	3.561,8	14,2	4.048,9	10,3	4.292,3	9,3	5.231,1	9,6	5.525,5	9,3	5.522,5	8,0
SU	11.428,7	45,6	23.496,9	59,8	27.234,8	59,1	28.204,5	51,6	28.898,5	48,9	35.894,2	51,7
PR	4.432,4	17,7	9.930,3	25,3	12.074,8	26,2	12.163,3	22,2	12.162,2	20,6	14.115,2	20,3
SC	1.389,6	5,5	3.158,9	8,0	3.786,8	8,2	3.753,7	6,9	3.704,6	6,3	4.952,2	7,1
RS	5.606,6	22,4	10.407,7	26,5	11.373,2	24,7	12.287,5	22,5	13.031,6	22,0	16.826,9	24,3
C-O	2.710,3	10,8	4.269,1	10,8	6.631,4	14,4	10.325,5	18,9	13.264,9	22,4	15.214,4	21,9
MS	-	-	-	-	1.928,7	4,2	3.145,9	5,7	3.552,1	6,0	3.496,8	5,0
MT	721,8	2,9	1.842,1	4,7	1.333,9	2,9	2.703,5	4,9	4.520,5	7,6	5.944,9	8,6
GO	1.982,8	7,9	2.423,1	6,2	3.340,9	7,3	4.377,7	8,0	5.016,6	8,5	5.563,5	8,0
DF	5,7	0,0	4,0	0,0	27,7	0,1	98,4	0,2	175,6	0,3	209,3	0,3
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	557,9	0,9	448,5	0,3
BRASIL	25.060,3	100	39.293,1	100	46.043,7	100	54.695,2	100	59.121,7	100	69.363,8	100

didada que o crescimento industrial se restringiu geograficamente a novas áreas industriais incluídas em um polígono que engloba apenas áreas selecionadas das regiões Sul e Sudeste no entorno do pólo da RMSP. O caráter restringido da desconcentração industrial fica, portanto, evidente quando se observa que apenas AIRS dos estados do Sul e do estado de Minas Gerais estão incluídas neste polígono de crescimento industrial acelerado, representando 78% das AIRS da região Sul, 70% das AIRS de São Paulo e 50% das de Minas Gerais. Fazendo o corte apenas da AIRS muitodinâmicas — taxa de crescimento de pessoal ocupado 50% acima da média nacional —, observa-se que 80% destas AIRS — no total de 19 — estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as três outras estão espalhadas nas demais regiões como casos isolados decorrentes de incentivos fiscais — Manaus, Natal e DF (DINIZ e CROCCO, 1995: 31).

No entanto, esta tendência recente da desconcentração industrial não implica necessariamente maior desequilíbrio do desenvolvimento regional brasileiro. Diversos fatores de natureza institucional e econômica têm contribuído para contrarrestar a tendência ao aumento do desequilíbrio, como as políticas públicas e supranacionais na área de saúde e a expansão das fronteiras agrícola e mineral em direção ao Centro-Oeste e Norte, respetivamente. A expansão da fronteira agrícola nas duas últimas décadas tem representado especialmente uma vigorosa desconcentração do produto agrícola nacional, sustentada pela produção de grãos e pecuária de corte. Apesar da ausência de dados atuais sistematizados, as informações disponíveis têm mostrado que de fato a agroindústria vem acompanhando o deslocamento da fronteira agrícola dentro de uma defasagem temporal esperada. Caso eloqüente da agroindústria da soja, que até o início da década de 80 estava concentrada na região Sul. Estima-se para a década de 90, uma drástica redistribuição geográfica para as áreas de cerrado, que em 1992 já detinham mais de um quinto da capacidade instalada de processamento de oleaginosas e refino de óleos (BURNQUIST 1994: 54-55).

A tendência à redução da defasagem de desenvolvimento entre as regiões tem sido confirmada por estudos recentes. Usando um conceito mais amplo de desenvolvimento mediante a composição de indicadores

TABELA 5

BRASIL: Tendências do desenvolvimento — 1970/1988*

Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)			Taxa de Alfabetização			Rendimento domiciliar per capita (CZ\$ mil de 88)			Índice de desenvolvimento relativo			PIB per capita (US\$ de 1988)		
	70	80	88	70	80	88	70	80	88	70	80	88	70	80	88
NE	44	52	59	45	55	63	09	16	14	00	00	01	488	928	918
NO	54	64	68	63	71	88	13	23	27	00	01	01	697	1.416	1.401
CO	56	65	68	64	75	83	15	32	31	00	01	01	889	1.971	1.949
SD	57	64	67	76	83	88	29	46	37	01	01	01	1.920	3.253	3.217
SU	60	67	70	75	84	87	17	32	28	01	01	01	1.179	2.408	2.382
Coef var	10	09	06	17	14	11	40	34	27	26	19	14	48	40	40
BRASIL53	60	65	66	75	81	20	34	29	01	01	01	1.253	2.266	2.241	

Fonte: VELLOSO, J. P. R. (org.). *A questão social no Brasil*, São Paulo, Nobel, 1991, p. 42.

* Considera apenas a população urbana.

sociais e econômicos, a conclusão de Albuquerque e Villela (1991) aponta para uma evolução positiva do desenvolvimento regional brasileiro nas duas últimas décadas, apesar da desaceleração desta evolução na década de 80 em relação à década de 70. A Tabela 5, a seguir, apresenta os resultados obtidos por estes autores para o índice de desenvolvimento relativo (IDR), que constitui uma ponderação dos indicadores *esperança de vida*, *taxa de alfabetização* e *rendimento domiciliar per capita*. O IDR apresenta-se como uma versão modificada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, que substitui o PIB *per capita* pelo *rendimento domiciliar per capita*.

As tendências do desenvolvimento por estado e macrorregião mostradas, acima, na Tabela 5 são as seguintes: dinamismo do IDR dos anos 60, apesar de inferior ao do PIB *per capita*; evolução positiva para os anos 80, apesar de inferior à década anterior; menores dispersões inter-regionais e interestaduais dos IDR e seus componentes em comparação com o PIB *per capita*; significativa redução dos desníveis regionais no tempo (Ibid.: 43). O mesmo pode-se dizer dos desníveis urbano-rurais de

TABELA 6

**BRASIL: Os desníveis urbano-rurais de desenvolvimento
segundo as grandes regiões — 1970/1988**

Macrorregiões	Índices de desenvolvimento relativo (IDR)						Desníveis urbano-rurais		
	Urbanos			Rurais			(Urbanos = 100)		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
NE	0,421	0,575	0,647	0,166	0,317	0,414	39,3	55,2	64,1
NO	0,641	0,795	0,819	0,386	0,565	-	60,2	71,0	-
C-O	0,667	0,812	0,858	0,444	0,614	0,664	66,6	75,6	77,4
SE	0,747	0,857	0,883	0,444	0,637	0,669	59,4	74,3	75,7
SU	0,745	0,865	0,872	0,532	0,718	0,735	71,4	83,0	84,3
Coef. de var	18,5	13,6	10,7	31,3	23,8	19,7	18,4	12,8	9,6
BRASIL	0,667	0,796	0,825	0,349	0,508	0,566	52,3	63,8	68,6

Fonte: VELLOSO, J. P. R. (org.). *A questão social no Brasil*, São Paulo, Nobel, 1991, p. 44.

desenvolvimento relativo, como indica, acima, a Tabela 6, com redução significativa para o período 1970-88.

Em síntese, o desenvolvimento regional recente no Brasil se caracteriza pela consolidação do processo de desconcentração produtiva, a qual tem favorecido uma redistribuição do produto e renda nacional favorecendo uma redução das desigualdades regionais, mesmo que de uma forma desigual entre as regiões favorecidas. Entretanto, a reestruturação que vem ocorrendo na indústria brasileira tende a reconcentrar o dinamismo industrial nas regiões Sudeste-Sul, apontando para uma nova etapa do processo de desconcentração industrial caracterizada como desconcentração “restringida” ou “concentrada” (DINIZ, 1993). Os riscos de um impacto negativo deste novo processo sobre a distribuição regional da renda nacional depende não apenas de políticas compensatórias do setor público, mas também de políticas que consolidem a ocupação econômica das regiões emergentes baseada em recursos naturais, especialmente o desenvolvimento agrícola dos últimos vinte anos do Brasil-Central.

Neste sentido, a dimensão regional da abertura comercial da agricultura assume grande importância para o futuro próximo do desenvolvimento econômico brasileiro. Esta questão tem sido pouco contemplada nos inú-

meros estudos sobre os efeitos da abertura sobre a agricultura, contemplando principalmente o corte setorial, sendo que a questão regional só emerge nos estudos de caso.

A pretensão do presente trabalho não será de suprir esta falha, mas levantar pontos para o delineamento de uma agenda de discussões sobre a dimensão regional da abertura comercial.

Antes de uma análise exploratória de cada tema, merecem ser destacadas algumas qualificações sobre as três esferas institucionais do processo de liberalização comercial: a esfera do GATT, o Mercosul e a esfera interna da liberalização comercial brasileira.

AS TRÊS ESFERAS DA POLÍTICA DE ABERTURA COMERCIAL AGRÍCOLA

Segundo Fagundes (1994), as projeções dos diversos modelos de impacto da reforma de liberalização agrícola (tarifação, redução dos subsídios e acesso mínimo) da Rodada Uruguaí projetam para o Brasil e outros países em desenvolvimento um aumento da produção agrícola e do grau de auto-suficiência alimentar. No entanto, Fonseca (1994: 41) argumenta que, devido às suposições restritivas destes modelos, “a perspectiva mais realista parece ser a de que, para o comércio brasileiro, a reforma não trará benefícios diretos e imediatos de maior porte”. Segundo estimativas otimistas deste autor, o crescimento das exportações brasileiras em decorrência da reforma das políticas agrícolas no GATT seriam restritos a açúcar, carne bovina, carne de aves e óleos vegetais, sendo o único crescimento projetado expressivo o de carne de aves, da ordem de 17,8% (Fonseca, 1994: 39).

Segundo também esta abordagem mais crítica sobre os resultados líquidos da reforma, Abreu e Loyo (1994a: 81) afirmam:

“Os conflitos de interesses entre países em desenvolvimento e entre os que defendem a liberalização agrícola decorrem dos efeitos que possam advir da liberalização tanto do valor real dos produtos agrícolas, quanto dos preços relativos entre os diferentes produtos de agricultura temperada e tropical.”

Segundo estes autores, uma importante replicação interna destes conflitos refere-se ao dilema da política comercial nacional de um determina-

do país, que dependerá não só da magnitude das variações de preços dos produtos agrícolas, como também da composição das pautas de importação e exportação. Outro conflito de política comercial de um país decorre de prováveis variações de preços de produtos de exportação em direção contrária, como, por exemplo, a redução dos preços da soja e elevação dos preços da carne, caso ocorra, como previsto, uma redução da produção de carne e laticínios na União Européia.

Na esfera do Mercosul, do ponto de vista das vantagens comparativas correntes por matéria-prima agrícola, os diversos estudos (WILKINSON, 1995; BURNQUIST, 1994; JANK, 1994; MENDES, 1994) são convergentes na listagem das vantagens dos produtos por país. No comércio intrabloco, a Argentina tem vantagem em primeiro lugar no trigo e milho, outros grãos em menor medida (feijão e arroz), produtos hortícolas (alhos, cebolas e ervilhas), uvas para viticultura e algumas outras frutas, algodão em pluma e um impacto menor em laticínios. O Brasil, por outro lado, tem vantagens limitadas, sendo a maior a vantagem na carne de aves e produtos tropicais (café, açúcar, cacau e frutas) aproveitando-se das “margens preferenciais” (ABREU e LOYO, 1994b). O Brasil tem também vantagens em diversos produtos agrícolas processados devido à maior capacitação tecnológica e organizacional da agroindústria brasileira, o que ocorre também com o setor de máquinas agrícolas, mesmo que o fluxo de comércio intrabloco a jusante e a montante da agricultura seja de pequena dimensão (Ibid.).

No comércio extrabloco, Argentina e Uruguai têm grandes vantagens na carne de bovinos e cítricos, enquanto o Brasil, além de aves, domina o mercado de suco de laranja concentrado e disputa com a Argentina vantagens na soja e derivados (Ibid.).

A eliminação das tarifas aduaneiras sobre os produtos agrícolas e a maior parte de derivados semi-elaborados e processados a partir de janeiro de 1995 colocou na ordem do dia as vantagens competitivas sistêmicas entre os países membros como definidor da esperada reestruturação do sistema agroindustrial, abrindo amplas possibilidades de desenvolvimento do comércio intra-indústria no âmbito do comércio comum regional (WILKINSON, 1995). O delineamento da nova divisão intra-regional do trabalho vai depender da capacidade de as firmas líderes promoverem tran-

sações comerciais interpaíses aos níveis dos diversos segmentos produtivos dos complexos agroindustriais para explorarem a estratégia de “regional sourcing”. Na estratégia da agroindústria de “regional sourcing”, o comércio intra-setorial em nível do mercado comum tende a intensificar a competição das regiões agrícolas entre países como fontes alternativas de suprimento de matéria-prima.

Na esfera da política brasileira de liberalização comercial, a desregulamentação desde início de 1990 tem se dado principalmente mediante redução substancial do imposto de importação de insumos para a agricultura e produtos agrícolas e retirada dos monopólios estatais de comercialização dos produtos tropicais mais importantes. No entanto, avalia-se que as exportações agrícolas e de semiprocessados continuam excessivamente taxadas, prejudicando a competitividade brasileira (BURNQUIST, 1994).

Até agora trigo e algodão são identificados como os produtos mais penalizados pela abertura. A produção doméstica de trigo caiu de 6 milhões de toneladas em 1987 para 3,8 milhões em 1992, enquanto as importações saltaram no mesmo período de 2,8 milhões para 6,6 milhões. Mesmo com este crescimento vertiginoso de 135% das exportações, a participação do trigo na pauta de importações agrícolas brasileiras caiu de 80% em 1984 para 50% atualmente, indicando que o país tornou-se um importador sistemático de outros cereais, especialmente arroz e milho, além de outros produtos agrícolas como algodão, mate e cevada (JANK, 1994). Resta saber como a atual política de desregulamentação agrícola voltada principalmente para os objetivos de estabilização dos preços internos será convertida em política de estímulo à competitividade sob as novas regras do GATT e Mercosul, implicando também políticas internas de reconversão produtiva de “produtores marginais” fragilizados.

DIMENSÃO REGIONAL DA ABERTURA COMERCIAL DA AGRICULTURA

Propomos uma agenda de dois temas amplos, com grande interação entre si e que podem provocar efeitos regionais distintos com o processo de liberalização comercial: localização, sistema de transportes e logística de comercialização; tipo de produto, estrutura agrária e estrutura agroindustrial.

Esta agenda organiza-se com base no conceito de competitividade sistêmica, a qual não reduz as vantagens comparativas a menores custos na produção, mas engloba aspectos da rede de fornecedores e distribuição.

LOCALIZAÇÃO, SISTEMA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DE COMERCIALIZAÇÃO

Dois tipos de regiões podem ser mais vulneráveis quanto ao aspecto locacional-logístico: regiões distantes dos centros de consumo e terminais de exportação e regiões próximas de outras regiões agrícolas localizadas em outros países que podem tornar-se fontes alternativas de suprimento à agroindústria nacional por meio da estratégia de “regional *sourcing*”.

No caso brasileiro, o Centro-Oeste representa o primeiro tipo de região, sendo uma base de exportação para o resto do país e para o exterior. Em nível do Mercosul, a competitividade com outros países membros tende a se concentrar na exportação para terceiros países em vez do mercado intra-regional, à medida que for fixada a tarifa comum. Cálculos do Iparides (1993) sobre o custo FOB dos produtos do complexo soja entre Paraná e Argentina apontam para um custo superior paranaense de 12,2% no grão, 19,3% no farelo e 15.5% no óleo. Este dado é preocupante, quando se sabe que o custo FOB do Paraná esta na escala inferior à média brasileira, enquanto o custo do Centro-Oeste localiza-se na escala superior.

A região Sul brasileira representa o segundo tipo, com a competitividade se dando não apenas em terceiros mercados, mas em grande medida na disputa do mercado intra-regional. Para a cultura do milho, por exemplo, estudos do Iparides (1994) sobre os custos totais de produção e transporte do produto dos centros de produção (Cascavel-PR, Chapecó-SC e Carazinho-RS, Córdoba-AR, Santa Fé-AR e Buenos Aires-AR) para centros de consumo regional (Cascavel-PR, Chapecó-SC e Carazinho-RS) indicam que, na hipótese do sistema de transporte hidro-rodoviário, todos os centros de consumo brasileiros ficam expostos à importação argentina.

O quadro multilateral de liberalização dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas tende, portanto, a impor ao país uma profunda

reestruturação da logística de distribuição e transporte, considerado a maior desvantagem competitiva brasileira no mercado internacional de grãos (McGARRY *et alii*, 1992). Esta desvantagem de custo poderá ter um impacto desestruturador sobre as regiões agrícolas de expansão recente do Centro-Oeste e sua extensão Norte, no âmbito das importações e exportações. No âmbito das importações, o maior problema é a chamada “competição espúria” dos produtores desenvolvidos em função dos subsídios na origem, ameaçando especialmente o segmento de cereais e carnes nas regiões brasileiras com desvantagens de custo em nível da logística de distribuição. No âmbito das exportações, estes subsídios ameaçam em nível dos mercados de terceiros, sendo os produtos mais ameaçados os do complexo soja, onde a fronteira do Centro-Oeste tem tido o maior crescimento relativo.

TIPO DE PRODUTO, ESTRUTURA AGRÁRIA E ESTRUTURA AGROINDUSTRIAL

Os efeitos da liberalização sobre as regiões vão depender em grande parte das especializações agrícolas regionais. Entretanto, a estrutura agrária e a organização agroindustrial vão também influenciar o grau de sensibilidade regional à abertura. A Tabela 7, a seguir, apresenta um cenário grosseiro sobre a sensibilidade regional segundo estas variáveis em relação aos possíveis aumentos de importações competitivas ou expansão das exportações.

TABELA 7

Sensibilidade regional da abertura comercial da agricultura brasileira

Produto	trigo	soja	milho	aves	bovinos	leite	algodão	frutas	feijão	arroz	culturas tropicais
SU	M-a	X-?	M-a	X-m	X-b	M-a	M-b	M-m	M-m	-	-
SE	M-b	-	M-b	-	X-b	-	M-b	-	M-?	M-?	X-m
C-O	X-?	M-?	-	X-b	-	-	-	-	M-b	-	-
NE	-	-	M-?	-	-	-	M-b	X-?	M-?	M-?	X-b
NO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

M: importações; **X:** exportações. Sensibilidade: **a** (alta); **m** (média); **b** (baixa); **?** (indefinida).

A região Sul está sendo a mais afetada pela liberalização, tendo em vista a constituição do Mercosul e o fato de sua agricultura possuir uma grande diversificação produtiva de produtos de exportação. No âmbito estrito da agricultura, as perdas são bem mais significativas do que os ganhos, atingindo diversas culturas tradicionais da região. As projeções apontam a agricultura gaúcha como a mais atingida, particularmente no caso do trigo, em função da tecnologia empregada e as distâncias entre zonas produtoras e os mercados de consumo do Sudeste (SILVA, 1994: 37).

Um aspecto comum a todos os estados sulinos é a séria ameaça ao sistema de policultura da produção familiar da região. Os pequenos agricultores são considerados o elo mais fraco da agricultura regional, pelo fato de possuírem níveis inferiores de produtividade (Ipardes, 1994) e estarem ameaçados pelas importações de diversos culturas alimentares, principalmente trigo, milho, feijão, leite e uva para vinicultura. Como ressalta Wilkinson (1995: 62), os riscos de desarticulação deste sistema decorre das próprias características de seu funcionamento baseado em três elementos: “o produto de integração agroindustrial,¹ uma lavoura que servia de rações diretamente na propriedade ou indiretamente em termos de abastecimento regional, e um grupo de produtos divididos entre autoconsumo e venda pelos canais tradicionais de comercialização”. As importações tendem a desarticular um ou mais elementos da cadeia de reprodução da policultura, quer seja o produto de integração (como a uva), a lavoura de insumos (como o milho) ou o produto de autoconsumo e venda na comercialização tradicional (como o feijão ou leite). A estimativa do impacto da competitividade argentina sobre os pequenos produtores de leite sulinos ilustra esta ameaça. Devido à produtividade inferior a 2 mil litros/vaca/ano e proximidade geográfica do país exportador, estes produtores serão os mais atingidos pelas exportações argentinas, prevendo-se que 140 mil agricultores serão atingidos (Silva, 1994).

O elemento que contrabalança estas desvantagens da agricultura sulina é a sólida estrutura agroindustrial da região, com vantagens tecnológicas e/ou organizacionais sobre as congêneres argentina e uruguaia, como é o caso da indústria vinícola, da indústria de aves, dos moinhos de trigo ou

¹ Aves ou suínos ou fumo ou uva.

da indústria de laticínios. No entanto, a estratégia agroindustrial de “regional *sourcing*” pode ser uma ameaça ao elo frágil da agricultura sulina, a não ser que as estratégias de reconversão produtiva da policultura representem um passo à frente na integração dos pequenos produtores ao mercado (WILKINSON, 1995).

O outro extremo dos impactos regionais é a região Nordeste que aparentemente estaria imune ou favorecida pela abertura. Imune, tendo em vista a distância dos países do Mercosul e a não-especialização em produtos temperados. Favorecida pelo esperado crescimento das exportações mundiais de açúcar e de seus preços internacionais (ABREU e LOYO, 1994b e FONSECA, 1994), produto agrícola de maior peso na pauta de exportação regional, além do esperado crescimento das exportações emergentes de frutas tropicais.

No entanto, um aspecto do impacto da abertura até agora pouco contemplado pela literatura é o efeito da liberalização dos mercados domésticos agrícolas sobre a mudança na composição da oferta agrícola nacional entre produtos comercializáveis (*tradables*) e não comercializáveis (*non-tradables*), o que certamente trará impactos nas regiões agrícolas com participação predominante de *non tradables*, como o Nordeste. A abertura comercial constitui-se em um processo de ampliação da internacionalização dos mercados agrícolas, que até os anos 1980 foram restringidos pelo protecionismo dos países em desenvolvimento a diversos produtos alimentares básicos (*staples*) voltados para o mercado doméstico. Soma-se a isto a crescente dependência brasileira da importação de grãos para abastecimento interno (JANK, 1994), especialmente *staples* como arroz e milho. O resultado líquido desta transformação de produtos até então de “mercado interno” em produtos “comercializáveis” expostos à competição internacional poderá ser a desarticulação dos elos frágeis da policultura familiar de subsistência, com grande presença no Nordeste. Caso ocorresse, este fenômeno seria uma repetição trágica da transformação do trigo em *staple* principal da dieta de inúmeros países pobres nos anos 1960, garantido pelos excedentes dos países desenvolvidos, que abarrotaram o mercado internacional com os programas de ajuda e preços internacionais deprimidos, desarticulando os subsistemas agrícolas destes países (FRIEDMANN, 1982).

O impacto sobre o Centro-Oeste é ainda indefinido, dependendo da confirmação das expectativas sobre a queda dos preços internacionais da soja em até 16% e redução do volume global de exportações em 5,3 milhões de toneladas (ABREU E LOYO, 1994: 56-57). Além disso, o esperado crescimento do *quantum* das exportações mundiais de arroz entre 2,5 e 6,4 milhões de toneladas não deve aumentar o valor destas exportações, tendo em vista os cenários de queda dos preços internacionais e em particular dos preços médios nos países em desenvolvimento em torno 22% (Ibid.), com possíveis efeitos negativos para áreas de arroz de sequeiro do cerrado, com custos não-competitivos mesmo com os preços correntes do mercado internacional.

Espera-se para a região Sudeste um quadro de relativa estabilidade de sua produção agrícola, fortemente articulada à agroindústria, com fortes economias de transação e escala em nível das relações entre fornecedores de matérias-primas agrícolas e usuários processadores, o que torna a agricultura regional mais imune aos impactos da abertura externa.

COMENTÁRIOS FINAIS

Com base na seção anterior, conclui-se que os impactos da liberalização agrícola sobre o desenvolvimento regional são incertos, não apenas em função dos diversos cenários possíveis para o comércio agrícola internacional (FONSECA, 1994; ABREU E LOYO, 1994b), mas da instabilidade interna e das dificuldades daí advindas para o planejamento de longo prazo do desenvolvimento regional. Este seria crucial para a superação de desvantagens competitivas agrícolas brasileiras que ficaram a nu com o processo de abertura, principalmente na esfera da logística e mercadológica, cadeia de valores para a qual as vantagens competitivas agroindustriais vêm se deslocando (WILKINSON, 1995). Os nexos específicos de transações entre fornecedores, clientes e consumidores pressupõem uma logística de distribuição e circulação de produtos altamente flexível em termos organizacionais e eficiente em termos de custo de transportes e acessibilidade dos mercados finais. Certamente, esta é a esfera mais deficiente do sistema agroindustrial brasileiro, particularmente no subsistema de distribuição da produção agrícola, cabendo ao planejamento público um importante papel na superação deste gargalo da competitividade agroindustrial brasileira.

A sensibilidade das regiões em relação a abertura comercial agrícola foi analisada tendo em vista as atuais especializações regionais e o aspecto estrito dos fluxos comerciais. No entanto, cenários futuros sobre impactos regionais deveriam levar em conta dois novos aspectos da competitividade do sistema agroalimentar mundial no contexto da globalização e flexibilização dos mercados de matérias-primas agrícolas (*global-sourcing*) e internacionalização da produção agroindustrial.

No âmbito da especialização agrícola, o fenômeno da flexibilização de fontes alternativas de matérias-primas coloca como condição da competitividade regional a capacidade de conversibilidade da agricultura regional, dado o atual nível de modernização e a predominância de insumos e equipamentos genéricos (WILKINSON, 1995: 79). Mesmo que as dotações naturais estáticas restrinjam o escopo de conversibilidade regional, a maior capacitação tecnológica dos produtores de uma região atua na direção de ampliação deste escopo, possibilitando à agricultura de uma região romper com a rigidez de cadeia de um produto específico, aumentando seu grau de autonomia em relação à segmentos específicos da agroindústria. Isto possibilita, ao mesmo tempo, às regiões modificar seu *mix* de produto em função das mudanças de preços e condições competitivas no mercado internacional.

Finalmente, no âmbito dos fluxos regionais, o novo cenário de intensificação dos fluxos de mercadorias agroindustriais tem como característica o comércio intra-indústria, cuja interface é o aumento dos fluxos de investimentos cruzados interpaíses de empresas que adquirem o perfil de verdadeiras multinacionais, como já ocorre em outros segmentos industriais. Esta nova tendência elimina a existência do “complexo industrial” como um encadeamento linear de etapas a nível nacional, questionando a perspectiva de competitividade com bases na busca da auto-suficiência nacional (Ibid.: 78). Como conseqüência, a rigidez das especializações regionais segundo vantagens estáticas e com base em alguns complexos deve ser flexibilizada na direção da diversificação agrícola e industrial das regiões.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M.P. & LOYO, E. (1994a). "A estrutura do comércio agrícola mundial: fundamentos dos interesses liberais e protecionistas", in FAGUNDES M. H. (org.), *Políticas agrícolas e o comércio mundial*, Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 28, Brasília, IPEA.
- (1994b), "Globalização e regionalização: tendências da economia mundial e seu impacto sobre os interesses agrícolas brasileiros", Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 5, Brasília, IPEA.
- ALBUQUERQUE, R. C. & VILLELA, R. (1991), "A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas", in VELLOSO, J. P. dos Reis (org.), *A questão social no Brasil*, São Paulo, Nobel.
- BURNQUIST, H. L. (1994), "Liberalização comercial: um fator de desenvolvimento do setor agrícola", Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 14, Brasília, IPEA.
- CHENERY, H., ROBINSON, S. & SYRQUIN, M. (1986), *Industrialization and growth: a comparative study*, New York, Oxford University Press.
- DINIZ, C. C. (1993), "Desenvolvimento poligonal n Brasil: nem desconcentração nem continua polarização", *Nova Economia*, vol. 3, n. 1.
- DINIZ, C. C. & CROCCO, M. A. (1995), "O novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes", *Anais VII*, Seminário Sobre a Economia Mineira, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- FAGUNDES, M. H. (1994), "Introdução", in FAGUNDES, M. H. (org.), "Políticas agrícolas e o comércio mundial", Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 28, Brasília, IPEA.
- FONSECA, R. B. (1994), "A reforma das políticas agrícolas dos países desenvolvidos: impactos sobre o comércio mundial", Série Estudos de Política Agrícola, Documento de Trabalho 8, Brasília, IPEA.
- FRIEDMANN, H. (1982), "The political economy of food: the rise and the fall of the post-war internacional food order", *American Journal of Sociology*, n. 88 (supplement).

- IPARDES (1993), "Política de reconversão: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão", Série Estudos de Política Agrícola, Documento de Trabalho 19, Brasília, IPEA.
- JANK, M. (1994), "O Brasil e o comércio mundial de grãos", in FAGUNDES M. H. (org.), "Políticas agrícolas e o comércio mundial", Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 28, Brasília, IPEA.
- MENDES, A. G. (1994), "Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola", Série Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisa 10, Brasília, IPEA.
- MORGAN, D. (1979), *Merchants of grain*, Nova York, The Viking Press.
- MCGARRY, M., LACROIX, R., MCMAHON, M., HILL, L., GLAESSNER, T. & REID, J. (1992), "Brazil: grain marketing, institutions, and policies", in MCGARRY, M. & SCHMITZ, A., *The world grain trade*, Londres, Westview Press-Pinter.
- SILVA, E. R. A. (1994), "Mercosul: base de dados da integração agrícola e agroindustrial", Série Estudos de Política Agrícola, Documento de Trabalho 24, Brasília, IPEA.
- VELLOSO, J. P. R. (org.) (1991), *A Questão Social no Brasil*, São Paulo, Nobel.
- WILKINSON, J. (1995), "Setores agroindustriais sensíveis no contexto da integração regional do Mercosul", Projeto FAO/TCP/RLA/4452, *mimeo*.